⚠ AVISO IMPORTANTE:

Este é um Material de Demonstração

Este arquivo representa uma prévia exclusiva da apostila.

Aqui, você poderá conferir algumas páginas selecionadas para conhecer de perto a qualidade, o formato e a proposta pedagógica do nosso conteúdo. Lembramos que este não é o material completo.

🎯 POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- ✕ Conteúdo totalmente alinhado ao edital.
- ✕ Teoria clara, objetiva e sempre atualizada.
- ✕ Dicas práticas, quadros de resumo e linguagem descomplicada.
- ✕ Exercícios comentados para fixação do aprendizado.
- ✕ Bônus especiais que otimizam seus estudos.

Aproveite a oportunidade de intensificar sua preparação com um material completo e focado na sua aprovação:
Acesse agora: www.apostilasopcao.com.br

Disponível nas versões impressa e digital, com envio imediato!

Estudar com o material certo faz toda a diferença na sua jornada até a APROVAÇÃO.

TJ-PR

TJ-PR - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARANÁ

GABARITANDO
450 Questões Gabaritadas
Técnico Judiciário

EDITAL DE ABERTURA Nº 06/2025

CÓD: OP-150MA-25
7908403575473

Questões Gabaritadas:

1. Língua Portuguesa 5
2. Matemática/Raciocínio Lógico 29
3. Informática 39
4. Noções de Direito Constitucional 45
5. Noções de Direito Administrativo 59
6. Noções de Direito Civil 71
7. Noções de Direito Processual Civil 87
8. Noções de Direito Penal 103
9. Noções de Direito Processual Penal 117
10. Legislação 131

1. (2024)

Do neolítico a D. Pedro II: a história da esfiha esua chegada ao Brasil

Elas podem ter mil recheios: cordeiro, pasta de pimentão, pinoli e até salsichas curadas. E a versão fechada sequer se se chama “esfiha”.

Por Rafael Battaglia Publicado em 17 ago 2023, 17h40

Em 11 de novembro de 1876, D. Pedro II e mais uma comitiva de 200 pessoas desembarcaram na cidade de Beirute, no atual Líbano. Foi parte de uma extensa viagem internacional do imperador, que durou um ano e meio e passou por lugares como EUA, Rússia e o norte da África.

Pedro era um entusiasta da cultura árabe (ele aprendeu o idioma traduzindo contos de As Mil e Uma Noites). Uma passadinha no Oriente Médio, então, não poderia ficar de fora. Mas a estadia gerou mais do que um diário de viagem do rei: ela impulsionou a imigração de sírios e libaneses para o Brasil.

Fugindo da escassez de terras e da perseguição religiosa do Império Otomano (que durou até 1922 e seguia a fé islâmica), muitos árabes cristãos emigraram para outros países em busca de uma vida melhor. Na época em que D. Pedro II esteve no Líbano (que só viraria um Estado de fato em 1941), já havia árabes no Brasil – mas a sua visita, acompanhada de perto pela mídia local, teve um papel importante para apresentar o país como um destino possível.

O convite estava feito – e os árabes vieram. Entre 1884 e 1933, o Brasil recebeu 130 mil sírios e libaneses (65% deles, cristãos). A maior parte se fixou em São Paulo e foi trabalhar no comércio. Viraram mascates (vendedores viajantes), abriram lojas, fábricas – e restaurantes. Hoje, há 11,6 milhões de árabes e descendentes vivendo no Brasil, e a sua culinária é onipresente: kibe, homus, coalhada seca – esfiha.

Não dá para cravar quando a esfiha surgiu. Pães achatados já eram consumidos há milhares de anos na região do Levante, a porção norte do Oriente Médio (*ṣafīḥa*, em árabe, significa “folha”, “lâmina”, “placa fina”). Cada povo desenvolveu um modo de produzi-los, como em um saj (aquelas chapas metálicas redondas) ou num *tanu* (forno cilíndrico; os pães assam colados a parede, na vertical).

Na Idade Média, a popularização do furn (um grande forno a lenha, como o de pizza) permitiu que os pães pudessem ser recheados ou cobertos. Para o café da manhã, era comum salpicar a massa com queijo ou *zaatar* (uma mistura de temperos); para o almoço, carne. Não à toa, as esfihas são comumente chamadas por lá de lahm b’ajin (ou apenas *lahmajin*) – “carne com massa”, em árabe.

Vários países reivindicam a criação da esfiha, e há um sem-fim de recheios e formatos. No Líbano, alguns lugares servem versões com massa folhada. Além da carne, batata, espinafre e escarola são sabores comuns. Na Síria, costuma-se colocar pinoli; na Turquia, uma pasta feita com pimentões vermelhos. Os armênios também fazem esfihas com *sujuk*, uma espécie de salsicha curada (e bem temperada) feita a partir de carne bovina ou de cordeiro.

(Curiosidade: o que nós chamamos de “esfiha fechada”, de formato triangular e com a massa mais grossa, não é exatamente uma esfiha. No Oriente Médio, é chamado de *fatayer*. Além da carne, outros recheios comuns são o espinafre e o queijo feta).

Texto adaptado de https://super.abril.com.br/cultura/do-neolitico-a- d-pedro-ii-a-historia-da-esfiha-e-sua-chegada-ao-brasil/ Acesso em 11 set. 2023.

No trecho “Elas podem ter mil recheios: cordeiro, pasta de pimentão, pinoli e até salsichas curadas.”, o adjetivo curadas refere-se

(A) ao cordeiro, à pasta de pimentão, ao pinoli e às salsichas.
(B) somente às salsichas.
(C) ao pinoli e às salsichas.
(D) aos recheios.
(E) à pasta de pimentão.

MATEMÁTICA/RACIOCÍNIO LÓGICO

1. (2024)

Em certa prateleira de livros específicos, estavam os livros que aguardavam restauração. Sabe-se que havia 70 títulos de livros com lombada americana, 100 títulos de livros de capa preta e 50 títulos de livros que tinham a capa preta com lombada americana. Além disso, 30 títulos estavam tão danificados que não tinham capa e, consequentemente, foram classificados como “sem lombada e sem capa”. Diante dessas informações, quantos títulos de livros havia nessa prateleira?

(A) 150
(B) 270
(C) 250
(D) 170

2. (2024)

Um técnico de contabilidade observou um comportamento curioso em certa movimentação financeira: sempre havia uma série de pequenas saídas, acompanhada de uma grande saída, seguindo um padrão, como explicitado a seguir:

1ª saída: R$ 120	7ª saída: R$ 90
2ª saída: R$ 140	8ª saída: R$ 10000
3ª saída: R$ 90	9ª saída: R$ 120
4ª saída: R$ 10000	10ª saída: R$ 140
5ª saída: R$ 120	11ª saída: R$ 90
6ª saída: R$ 140	...

Se esse padrão for mantido até a 22ª saída, sem que haja qualquer outra saída além dessas, qual será o valor total dessas saídas?

(A) R$ 51750.
(B) R$ 52010.
(C) R$ 54270.
(D) R$ 54720.

3. (2024)

Um veterinário detectou a presença de uma nova espécie de carrapatos super-resistentes e, diante da necessidade de exterminá-los, passou a observar o seu comportamento reprodutivo. No primeiro momento, isolou 4 carrapatos sob condições ideais de reprodução e percebeu que, semanalmente, a quantidade de carrapatos dobrava. Admitindo-se que essa estimativa seja válida e que essa espécie de carrapato viva mais de 20 semanas, pode-se afirmar que

(A) em 12 semanas, a população ainda não terá ultrapassado 10.000 carrapatos.
(B) em 5 semanas, haverá 512 carrapatos.
(C) após 8 semanas, a população será maior que 1000 carrapatos.
(D) após 3 semanas, a população de carrapatos será inferior a 20 carrapatos.

4. (2024)

Analise os seguintes dados a respeito da quantidade de domicílios com alguma inadimplência:

Dado 1: exatamente sete oitavos dos domicílios têm um mês de atraso em relação aos pagamentos;

Dado 2: exatamente cinco sétimos dos domicílios têm dois meses de atraso em relação aos pagamentos;

Dado 3: exatamente dois quintos dos domicílios têm três meses de atraso em relação aos pagamentos.

Sabendo que todos esses dados são verdadeiros, então, um número possível de domicílios é

(A) 880.
(B) 700.
(C) 1232.
(D) 2000.
(E) 1680.

1. (2024)

Um servidor da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso do Sul está lidando com um problema de desempenho em sua máquina da instituição que usa o sistema operacional Windows 10. Ele identifica que o servidor está consumindo memória RAM de forma anormal. Nesse caso, qual das seguintes ações deve ser executada para isolar e resolver a questão de uso excessivo de memória RAM?

(A) Executar o comando "CHKDSK" no prompt de comando para verificar e reparar erros de disco.
(B) Utilizar o Monitor de Desempenho e adicionar os contadores relevantes para observar o uso da memória em tempo real.
(C) Utilizar o Agendador de Tarefas para agendar reinicializações regulares do servidor.
(D) Acessar as "Opções de Energia" e mudar o plano para "Desempenho Máximo".
(E) Desativar o Windows Update para evitar que atualizações consumam recursos.

2. (2024)

Aparência e Personalização, Sistema e Segurança e Programas são categorias encontradas em qual janela do Windows 10 (em português do Brasil)?

(A) Painel de Controle.
(B) Rede e Internet.
(C) Facilidade de Acesso.
(D) Acessórios do Windows.

3. (2023)

O nome da loja de aplicativos oficial da Microsoft para o Windows 10 (PT-BR), onde os usuários podem baixar aplicativos, jogos, filmes e músicas, é

(A) App Store.
(B) Windows Store.
(C) Microsoft Store.
(D) Play Store.
(E) Windows Center.

4. (2023)

A respeito dos Ambientes operacionais e da utilização básica dos sistemas operacionais Windows 7 e Windows 10, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta a(s) **correta(s)**.

I. O Windows 7 e o Windows 10 apresentam o menu Iniciar, que é uma ferramenta utilizada para acessar programas, configurações, documentos e outros recursos do sistema. No entanto, no Windows 10, o menu Iniciar ganha ainda mais funcionalidade com a adição dos blocos dinâmicos. Esses blocos são atalhos personalizáveis que oferecem informações em tempo real de aplicativos como clima, notícias, e-mail e muito mais.

II. O Windows 7 possui o Modo Tablet, que é um modo de exibição otimizado para telas sensíveis ao toque, como tablets ou notebooks conversíveis. O Modo Tablet torna os ícones maiores, oculta a barra de tarefas e mostra todos os aplicativos em tela cheia.

III. O Windows 7 e o Windows 10 possuem os Acessórios, que são programas básicos que acompanham o sistema operacional, como Bloco de Notas, Calculadora, Paint, *Word*Pad etc.

(A) Apenas I.
(B) Apenas II.
(C) Apenas I e II.
(D) Apenas I e III.
(E) Apenas II e III.

5. (2022)

Considerando o Sistema Operacional Windows 10, versão em português em sua instalação padrão, no explorador de arquivos, para selecionar todos os itens de um diretório e em seguida recortar, devem ser utilizadas quais teclas de atalho, respectivamente?

Obs.: O caractere "+" foi utilizado apenas para interpretação da questão.

(A) Ctrl + T e Ctrl + X.
(B) Ctrl + T e Ctrl + C.
(C) Ctrl + T e Ctrl + W.
(D) Ctrl + A e Ctrl + W.
(E) Ctrl + A e Ctrl + X.

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

1. (2022)

Com relação à Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, assinale a alternativa **correta**.

(A) A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 não é a norma jurídica de grau mais elevado do ordenamento jurídico brasileiro.

(B) A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 é um conjunto de regras imutáveis, sistematizadas e organizadas em um texto único.

(C) A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 foi imposta, de modo unilateral, por um governante e instaurou a ditadura que perdura até hoje no Brasil.

(D) A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 é a lei de grau mais elevado no ordenamento jurídico brasileiro e pode ser compreendida como um sistema de normas que regula a forma do Estado, a forma de governo e os direitos e garantias fundamentais.

(E) Para a alteração das normas constitucionais, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 não exige um processo legislativo distinto, mais solene e dificultoso do que o processo para a alteração das normas não constitucionais.

2. (2022)

A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamento, dentre outros,

(A) a cidadania.

(B) a desportividade.

(C) a integração regional.

(D) a dignidade dos animais domesticáveis.

(E) o respeito às instituições judiciárias eleitorais.

3. (2022)

Em relação aos princípios fundamentais que regem a Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa **INCORRETA**.

(A) A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.

(B) A República Federativa do Brasil é formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal.

(C) Entre os fundamentos da República Federativa do Brasil, está a dignidade da pessoa humana e a cidadania.

(D) A construção de uma sociedade justa, livre e solidária bem como a garantia do desenvolvimento nacional se enquadram nos princípios do Estado Democrático de Direito.

(E) A defesa da paz, o repúdio ao terrorismo e ao racismo e a cooperação dos povos para o progresso da humanidade constam no rol de princípios que regem o Brasil nas suas relações internacionais.

4. (2022)

Uma sociedade justa, livre e solidária é um dos objetivos fundamentais da atual Constituição Federal. Acerca do tema, assinale a alternativa **INCORRETA**.

(A) Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos definidos pela CF/88.

(B) A prevalência dos direitos humanos, a igualdade entre os Estados e a defesa da paz são alguns dos princípios que regem o Brasil em suas relações internacionais.

(C) A garantia do desenvolvimento nacional e a promoção do bem-estar de todos sem preconceitos ou qualquer forma de discriminação constituem, dentre outros, objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil.

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

1. (2024)

Conforme expressamente disposto na Constituição Federal, a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, obedecerá ao princípio da

(A) lisura.
(B) igualdade.
(C) moralidade.
(D) pessoalidade.
(E) equidade.

2. (2024)

São princípios de direito administrativo e suas respectivas definições, EXCETO

(A) Legalidade: atuação conforme a lei.
(B) Publicidade: impulsão, de ofício, do processo administrativo, sem prejuízo da atuação dos interessados.
(C) Impessoalidade: objetividade no atendimento do interesse público, vedada a promoção pessoal de agentes ou autoridades.
(D) Moralidade: atuação segundo padrões éticos de probidade, decoro e boa-fé.
(E) Segurança jurídica: observância das formalidades essenciais à garantia dos direitos dos administrados.

3. (2022)

Em relação aos princípios administrativos, relacione as colunas e assinale a alternativa com a sequência correta.

1- Legalidade.
2- Impessoalidade.
3- Autotutela.
4- Segurança jurídica.

( ) A administração pública pode declarar a nulidade dos seus próprios atos.
( ) Interpretação da norma administrativa da forma que melhor garanta o atendimento do fim público a que se dirige, vedada aplicação retroativa de nova interpretação.
( ) Ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei.
( ) Objetividade no atendimento do interesse público, vedada a promoção pessoal de agentes ou autoridades.

(A) 4 – 2 – 1 – 3.
(B) 2 – 1 – 3 – 4.
(C) 1 – 4 – 3 – 2.
(D) 1 – 3 – 2 – 4.
(E) 3 – 4 – 1 – 2.

4. (2022)

"A Administração deve tratar a todos sem favoritismos, nem perseguições, simpatias ou animosidades políticas ou ideológicas".

À luz dos princípios da Administração Pública, é **correto** afirmar que o fragmento apresentado descreve especificamente o princípio da

(A) impessoalidade.
(B) publicidade.
(C) supremacia do interesse público sobre o privado.
(D) segurança jurídica.
(E) legalidade.

5. (2022)

Com fundamento na Lei de Ação Popular, assinale a alternativa que **NÃO** apresenta um requisito do ato administrativo.

(A) Finalidade.
(B) Coercibilidade.
(C) Competência.
(D) Motivo.
(E) Objeto.

1. (2022)

De acordo com o que dispõe o Código Civil, assinale a alternativa **INCORRETA** acerca dos Direitos da Personalidade.

(A)Em se tratando de morto, terá legitimação para requerer perdas e danos de lesão, a direito da personalidade, o cônjuge sobrevivente ou parente em linha reta, não sendo legitimado o colateral para esse tipo de ação.

(B)Para fins de transplante, será admitido o ato de disposição do próprio corpo, ainda que importe diminuição permanente da integridade física, ou contrarie os bons costumes.

(C)Toda pessoa tem direito ao nome, nele compreendidos o prenome e o sobrenome.

(D)A vida privada da pessoa natural é inviolável, e o juiz, a requerimento do interessado, adotará as providências necessárias para impedir ou fazer cessar ato contrário a essa norma.

(E)O pseudônimo adotado para atividades lícitas goza da proteção que se dá ao nome.

2. (2021)

Um dos primeiros assuntos tratados pelo Código Civil Brasileiro é relativo às Pessoas Naturais. Considerando as disposições quanto a essa disciplina, assinale a alternativa **INCORRETA**.

(A)A ameaça ou a lesão ao nome pode ser objeto de tutela inibitória, podendo até mesmo ser solicitada a providência por qualquer parente em linha reta em caso de pessoa falecida, caso a ameaça ou lesão tenha o condão de atingir o de cujus.

(B)Transcorrido o prazo de um ano da arrecadação dos bens do ausente, terão legitimidade para requerer a declaração judicial de ausência o cônjuge não separado judicialmente, os herdeiros presumidos, legítimos ou testamentários, o Ministério Público, os que tiverem sobre os bens do ausente direito dependente de sua morte, os credores de obrigações vencidas e não pagas.

(C)É vedado o ato de disposição do próprio corpo que venha a contrariar os bons costumes, excepcionando-se a essa regra a exigência médica ou posteriormente à morte, sendo possível, nesse último caso, que assim seja feito com objetivo altruístico, caso realizado de forma gratuita.

(D)O pródigo é tratado pela legislação civil como relativamente incapaz a certos atos ou à maneira de os exercer.

(E)A emancipação voluntária pode ser concedida por ambos os pais, via instrumento público, ao filho maior de dezesseis e menor de dezoito anos de idade, sendo desnecessária a homologação judicial do ato.

3. (2021)

Maria tem 17 anos e, em consulta jurídica com um advogado, questiona sobre a possibilidade de ser cessada sua incapacidade. Considerando o questionamento de Maria, é **correto** afirmar que sua incapacidade

(A)pode ser cessada pelo casamento.

(B)pode ser cessada pela concessão dos pais, ou de um deles na falta do outro, mediante instrumento público, dependendo de homologação judicial, pois ela tem mais de dezesseis anos completos.

(C)pode ser cessada pelo exercício de emprego público, efetivo ou temporário.

(D)pode ser cessada pela colação de grau em curso de ensino médio.

(E)não pode ser cessada, pois ela é menor.

4. (2021)

Em relação ao Direito Civil, assinale a alternativa **correta**.

(A)Depende de prova do prejuízo a indenização pela publicação não autorizada de imagem de pessoa com fins econômicos ou comerciais.

(B)É imprescindível o consentimento de pessoa biografada relativamente a obras biográficas literárias ou audiovisuais, sendo por igual necessária a autorização de pessoas retratadas como coadjuvantes ou de familiares, em caso de pessoas falecidas ou ausentes.

NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1. (2023)

O chamado princípio da proibição da decisão surpresa significa que

(A)o juiz não pode decidir, em primeiro grau de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, ainda que se trate de matéria sobre a qual deva decidir de ofício.

(B)o juiz não pode decidir, em grau algum de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, exceto em se tratando de matéria sobre a qual deva decidir de ofício.

(C)o juiz não pode decidir, em primeiro grau de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, exceto em se tratando de matéria sobre a qual deva decidir de ofício.

(D)o juiz não pode decidir, em grau algum de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, ainda que se trate de matéria sobre a qual deva decidir de ofício.

2. (2021)

Carlos ocasionou, por sua culpa exclusiva, acidente de trânsito ao conduzir veículo automotor terrestre. Na ocasião, o veículo que conduzia atingiu o pedestre Gabriel, causando a este severos danos físicos. Considerando a possibilidade de ação judicial indenizatória contra si, agindo preventivamente no intuito de proteção patrimonial, Carlos transmitiu a propriedade de todos os seus bens, gratuitamente, a seu pai, que, mesmo tendo conhecimento da situação e do intuito de Carlos, aceitou a transferência patrimonial. Diante do caso hipotético em tela, possuindo Gabriel interesse em ser indenizado pecuniariamente pelos danos sofridos, considerando a conhecida insolvência de Carlos, e pretendendo Gabriel prevenir-se quanto à efetividade do recebimento do valor da condenação indenizatória, poderá a vítima do acidente:

(A)buscar a tutela jurisdicional estatal com a finalidade de ser declarada a fraude à execução para anulação da doação realizada.

(B)acionar Carlos judicialmente, por meio de processo de conhecimento, visando à indenização como tutela final e à penhora dos bens de Carlos como tutela cautelar.

(C)buscar a tutela jurisdicional estatal com a finalidade de ser declarada a fraude contra credores, resultando na ineficácia do negócio jurídico entabulado por Carlos e seu pai, gerando efeitos em relação a Gabriel para que este possa acessar o patrimônio que eventualmente venha a servir de adimplemento da dívida, caso necessário.

(D)mover ação judicial contra Carlos, via processo de conhecimento, objetivando a anulação do negócio jurídico relativo à transferência dos bens, para que, diante de eventual condenação indenizatória pecuniária, seu patrimônio responda pela dívida, caso necessário.

(E)manejar, diante da dilapidação patrimonial, petição de tutela cautelar antecedente com a finalidade de ter declarada a possibilidade futura de aplicar multa de até vinte por cento sobre o débito indenizatório em caso de eventual condenação, com fundamento na ocorrência de atentado atentatório à dignidade da justiça.

3. (2024)

Sobre os limites da jurisdição nacional, dispostos no Código de Processo Civil, assinale a alternativa **correta**.

(A)Compete à autoridade judiciária brasileira processar e julgar as ações de alimentos, quando o credor for brasileiro nato.

(B)Compete à autoridade judiciária brasileira processar e julgar as ações em que o réu, qualquer que seja a sua nacionalidade, estiver domiciliado no Brasil.

(C)Compete à autoridade judiciária brasileira processar e julgar as ações de inventário de brasileiros, ainda que o de cujus tenha falecido no exterior.

1. (2022)

Vagner é agente da Polícia Civil de Goiás e se depara com o seguinte Boletim de Ocorrência: determinado homem noticiado teria financiado uma mulher de 18 anos de idade, recém-completos, para que ela lhe fizesse favores sexuais. Vagner, em vez de diligenciar para apurar os fatos, opta por encaminhar o procedimento ao Delegado de Polícia, recomendando pedido de arquivamento. Segundo Vagner, o fato apurado NÃO constitui delito por violação ao

(A)princípio da anterioridade.
(B)princípio do ne bis in idem.
(C)princípio da taxatividade.
(D)princípio da legalidade.
(E)princípio da razoabilidade.

2. (2021)

No tocante ao Direito Penal, assinale a alternativa **correta**.

(A)É vedada a edição de medidas provisórias sobre matéria relativa a Direito Penal (art. 62, §1º, I, alínea b, CF). Nada obstante, o STF firmou jurisprudência no sentido de que as medidas provisórias podem ser utilizadas na esfera penal, desde que benéficas ao agente.
(B)O fundamento político do princípio da reserva legal revela a aceitação pelo povo, representado pelo Congresso Nacional, da opção legislativa no âmbito criminal.
(C)Com a evolução da sociedade e a modificação dos seus valores, determinados comportamentos, inicialmente típicos, podem deixar de interessar ao Direito Penal. Nesse caso, pode-se afirmar que ocorreu a chamada desmaterialização (liquefação) de bens jurídicos no Direito Penal.
(D)O princípio da fragmentariedade se projeta no plano concreto, isto é, em sua atuação prática, o Direito Penal somente se legitima quando os demais meios disponíveis já tiverem sido empregados, sem sucesso, para proteção do bem jurídico.
(E)A primeira manifestação do princípio da personalidade da pena no Brasil ocorreu já no período republicano, com o advento do Código Penal de 1890.

3. (2023)

O direito penal é um ramo do direito público que tem como finalidade a regulamentação do ius puniendi estatal, ou o poder punitivo do Estado. Enquanto objeto de conhecimento, o direito penal é composto primordialmente de normas promulgadas pelo legislador para definir crimes e estabelecer as consequentes penalidades. Enquanto campo do conhecimento, o direito penal estrutura-se com base em alguns princípios. Considerando o conceito de direito penal descrito, analise as seguintes afirmações e assinale a alternativa **correta**.

(A)O princípio da lesividade estabelece que a sansão penal prescrita para a infração cometida deve ser proporcional à lesão cometida pelo agente por meio de uma conduta definida como crime.
(B)O princípio da legalidade estabelece que todo o conteúdo do direito penal aplicável deve estar contido em normas positivas estabelecidas pelo Estado, sendo vedado o uso de qualquer princípio ou comando normativo que não esteja contido expressamente na legislação.
(C)O princípio da personalidade estabelece que a pena de uma conduta definida como crime, ao ser aplicada a alguém, deve ser adaptada às suas características pessoais, ao seu grau de culpabilidade e ao grau de reprovabilidade da conduta.
(D)O princípio da individualização da pena estabelece que a punição não pode ultrapassar a pessoa do indivíduo que foi condenado pela prática de uma conduta definida como crime.
(E)O princípio da taxatividade estabelece que os tipos penais que definem condutas puníveis devem ser elaborados de forma suficientemente clara e precisa, de modo a não deixar dúvidas por parte do destinatário da norma.

NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL PENAL

1. (2022)

Acerca dos direitos e das garantias fundamentais aplicáveis ao processo penal, assinale a alternativa correta.

(A)O Supremo Tribunal Federal admite a execução provisória da decisão penal condenatória, enquanto pendente de julgamento os recursos extraordinários, porquanto estes não possuem efeito suspensivo.

(B)Segundo entendimento dos Tribunais Superiores, no processo penal, a deficiência da defesa técnica constitui nulidade absoluta.

(C)A autodefesa engloba o direito de presença, de audiência e o direito de postular pessoalmente em determinados atos do processo penal.

(D)Não viola a ampla defesa a publicação de acórdão condenatório sem o voto vencido.

(E)É indispensável a intimação do denunciado para oferecer contrarrazões ao recurso interposto contra a decisão que rejeitou a denúncia, exceto se oferecida pelo Defensor Público natural.

2. (2022)

Considerando ação penal, jurisdição, competência e procedimentos, assinale a alternativa correta.

(A)A resposta à acusação é o momento adequado para a defesa apresentar o rol de testemunhas, porém, considerando o princípio da ampla defesa, não há que se falar em preclusão.

(B)A suspensão dos prazos no recesso forense aplica-se, nos casos de réus presos, nos processos vinculados a essas prisões e nos procedimentos regidos pela Lei Maria da Penha, não podendo o juízo competente acrescentar outras hipóteses. É a inteligência do artigo 798-A do CPP.

(C)À luz dos princípios da razoável duração do processo e da proporcionalidade, os Tribunais Superiores admitem a extinção da punibilidade pela prescrição da pretensão punitiva com fundamento em pena hipotética, considerando circunstâncias que agravam ou atenuam a pena.

(D)O princípio da Obrigatoriedade impõe que, presentes as condições da ação penal e justa causa para o início da persecução penal em juízo, o Ministério Público é obrigado a oferecer denúncia. A melhor doutrina considera o acordo de não persecução penal uma exceção ao princípio em questão.

(E)A representação será irretratável, depois de recebida a denúncia.

3. (2021)

De acordo com o Código de Processo Penal, assinale a alternativa correta.

(A)A lei processual penal veda expressamente o uso de interpretação extensiva e analógica.

(B)O princípio processual penal da territorialidade é regra que assegura a soberania nacional, pois não convém ao Estado brasileiro aplicar normas procedimentais estrangeiras para apurar e punir um delito ocorrido dentro do território brasileiro.

(C)A nova lei processual penal não se aplica desde logo, mas aguarda o término do processo já instaurado.

(D)O processo penal rege-se em todo o território brasileiro, excetuados os Territórios da União.

(E)O processo penal terá estrutura inquisitória, permitida a iniciativa do juiz na fase de investigação.

4. (2023)

De acordo com as disposições do Código de Processo Penal e sobre o inquérito policial, assinale a alternativa correta.

(A)O defensor constituído, no interesse do representado, poderá ter acesso amplo aos elementos de prova, desde que estejam documentados em procedimento investigatório.

(B)Caso a autoridade policial entenda que não há provas da materialidade e indícios suficientes da autoria, poderá mandar arquivar os autos de inquérito policial.

1. (2023)

Quanto ao procedimento de acesso à informação, definida na Lei de Acesso à Informação, assinale a alternativa **correta**.

(A)O pedido de acesso a informações a Órgãos e entidades referidos no art. 1º da referida Lei poderá ser feito somente pelos órgãos da mesma esfera (Municipal, Estadual ou Federal).

(B)O pedido de acesso a informações a Órgãos e entidades referidos no art. 1º da referida Lei poderá ser feito somente pelo órgãos do Poder Executivo.

(C)O acesso às informações de órgãos e entidades referidos no art. 1º da referida Lei deverá permanecer acessível, sem necessidade de requerimento específico, a todo e qualquer cidadão.

(D)O pedido de acesso a informações a órgãos e entidades referidos no art. 1º da referida Lei passa a ser proibido.

(E)Qualquer interessado poderá apresentar pedido de acesso a informações a órgãos e entidades referidos no art. 1º da referida Lei.

2. (2023)

São diretrizes dos procedimentos da Lei de Acesso à Informação (Lei Federal nº 12.527/2011):

(A)desenvolvimento do controle social da administração pública e fomento ao desenvolvimento da cultura de transparência na administração pública.

(B)solução pacífica dos conflitos e celeridade na tramitação.

(C)não intervenção e garantia do desenvolvimento administrativo.

(D)observância da publicidade como preceito geral e garantia do sigilo como exceção e solução pacífica dos conflitos.

(E)utilização de meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação e autodeterminação dos indivíduos.

3. (2024)

De acordo com a Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), é dever do Estado garantir o direito de acesso à informação, que compreende, entre outros, o direito de obter

(A)informação pertinente à administração do patrimônio público, utilização de recursos públicos, licitação e contratos administrativos.

(B)informações sobre atividades exercidas pelos órgãos e entidades, públicas e privadas, ressalvadas as relativas à sua política, organização e serviços.

(C)mediante requerimento fundamentado e compromisso pelo sigilo, as informações referentes a projetos de pesquisa e desenvolvimento científicos ou tecnológicos cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

(D)proteção da informação sigilosa e da informação pessoal, observada a sua disponibilidade, autenticidade, integridade e eventual restrição de acesso.

(E)informação produzida ou custodiada por pessoa física ou entidade privada decorrente de qualquer vínculo com seus órgãos ou entidades, desde que esse vínculo não tenha cessado.

4. (2021)

José, cidadão ciente de seus direitos, protocolou pedido de acesso a informações endereçado à Câmara Municipal de Teresina, objetivando obter documentos de determinados procedimentos licitatórios realizados anteriormente. Todavia foi comunicado que as informações solicitadas foram extraviadas.

Inconformado, requereu à autoridade competente a imediata abertura de sindicância para apurar o desaparecimento dos respectivos documentos.

Considerando a Lei nº 12.527/2011, verificada a ocorrência da situação hipotética descrita, o responsável pela guarda da informação extraviada deverá justificar o fato e indicar testemunhas que comprovem sua alegação no prazo de